

ENSINO DE CHUMBO: memórias, temores e silêncios na FAFIG (1970-1973)

Ernando Brito Gonçalves Junior
Especialista em Educação - Universidade Estadual do Centro-Oeste

RESUMO: Este artigo aborda aspectos históricos da formação da primeira turma de licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG). Para a pesquisa foi delimitado o período de 1970 a 1973, compreendido nos chamados "Anos de Chumbo" da Ditadura Militar no Brasil sob o comando do general-presidente Emílio Médici. O trabalho se orienta por abordagens teóricas da história política e se vale da metodologia de investigação denominada História Oral, tentando assim reconstruir a memória dos entrevistados. Foram realizadas três entrevistas, duas delas com professores e uma com um ex-aluno, indivíduos que vivenciaram a conjuntura em tela. Evidenciou-se, por indícios, que a cidade de Guarapuava (PR) não ficou fora do olhar dos militares, ou seja, mesmo sendo uma cidade interiorana e de pequeno porte, Guarapuava sentiu a reverberação da repressão que se verificava nos grandes centros urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar, memória, história oral.

ABSTRACT: This article focuses on the historical formation of the first class degree in History from the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Guarapuava (FAFIG). Research was limited to the period from 1970 to 1973, included in the so-called "Years of Lead" of the military dictatorship in Brazil under the command of General Emilio Medici, president. The work is guided by theoretical approaches of political history and is worth the research methodology known as oral history, an attempt to reconstruct the memories of interviewees. Were three interviews, two of them with teachers and with a former student, individuals who experienced the situation on screen. It was evidenced by signs that the city of Guarapuava (PR) was not outside the gaze of the military, even being a small city, Guarapuava felt the reverberation of the repression that occurred in urban centers.

KEY-WORDS: Military Dictatorship, memory, oral history.

Este artigo busca analisar vivências e práticas docentes edificadas no período da Ditadura Militar brasileira. Para esse fim, a pesquisa delimitou como objeto a primeira turma

de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG), atual Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), na cidade de Guarapuava, Paraná, entre os anos de 1970 e 1973. Nossa intenção foi tentar perceber na documentação, mesmo por meio de indícios, aspectos que possam ajudar a vislumbrar o cenário das experiências docentes em um período de tensão, como é característica da maioria dos períodos ditatoriais. Tentamos assim, a partir do estudo de um contexto reduzido, apreender contextos maiores.

É digno de nota explicar o porquê desse recorte específico. Começamos pela exposição da baliza temporal, 1970 a 1973, tendo em vista que a mesma não foi escolhida aleatoriamente. Em termos nacionais, o Governo Militar estava nas mãos do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), um governo de grandes transformações em diferentes âmbitos. Na seara da economia, o país crescia rapidamente. Foi em seu governo que se instituiu o que ficou conhecido como o “Milagre Econômico Brasileiro”. O PIB nacional crescia a uma taxa de quase 12% ao ano, enquanto a inflação média anual não passou de 18% (Cf. FAUSTO, 2004: 485). No âmbito social, foi o momento de maior violência e repressão de todo o período militar, sendo conhecido como os “Anos de Chumbo” do Regime Militar.

Com investimentos internos e empréstimos do exterior, o país avançou economicamente e todos esses investimentos geraram milhões de empregos pelo país. Algumas obras, consideradas faraônicas, foram executadas, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. Porém, todo esse crescimento teve um custo altíssimo e a conta deveria ser paga no futuro. Os empréstimos estrangeiros geraram uma dívida externa muito elevada para os padrões econômicos do Brasil e essa dívida é um dos maiores problemas econômicos brasileiros até os dias atuais (Cf. FAUSTO, 2004: 486).

Logicamente, a educação também não permaneceu ileso a esse período e várias mudanças estavam ocorrendo desde o início da Ditadura com o objetivo de coagir professores e alunos. O aparato repressivo buscou disciplinar o ensino, bem como delimitar o tipo de conteúdo que deveria ser abordado na educação brasileira. Essa forma de cerceamento consolidou-se com o *Decreto-Lei 477 de fevereiro de 1969*, que classificava como infração disciplinar a participação em qualquer movimento de resistência ao regime. Outra lei que marcou profundamente o rumo da educação brasileira nesse período foi a *Lei Federal n° 5.692/71*, que fundiu e descaracterizou as disciplinas de História e Geografia, dando origem à disciplina de Estudos Sociais (Cf. MARTINS, 2001: 204). Essa política de fusão de várias disciplinas para dar espaço à outra que “abrangesse aspectos mais amplos”

vinha sendo discutida em meados da década de 1930, seguindo os ideais das escolas norte-americanas que adotavam esse modelo. Vale salientar que essa era uma forma de enfraquecer o ensino crítico, tentando formar alunos sem instrumentalização para lançar um olhar mais apurado sobre a sociedade. Essa nova disciplina [Estudos Sociais] surgiu com um caráter dogmático e o ensino voltou-se para uma questão cívica e patriótica (Cf. BITTENCOURT, 2004: 73-74), valorizando, assim, aspectos que o Regime julgava fundamentais na simbologia da educação e do brasileiro. Essa era a principal preocupação do Governo Militar em relação ao ensino. Nas salas de aula, era preciso construir um ideário de *Brasil Grande*, que *Avança e Vai prá Frente*. Nesse sentido, entram em cena disciplinas que tentariam legitimar o discurso do Regime Militar, como é o caso da disciplina de Educação Moral e Cívica, que tinha como pressuposto básico a defesa e manutenção de princípios de ordem, segurança, integração social, culto à pátria, seus símbolos e seus heróis nacionais. Com um profundo sentimento ufanista, tinha como finalidade uma sólida fusão do pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da Doutrina de Segurança Nacional (combate permanente ao inimigo interno) (Cf. BITTENCOURT, 2004: 84).

Nos cursos superiores, nosso objeto específico de pesquisa, modificou-se o nome para Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB). Nessa disciplina, obrigatória em qualquer curso, eram apresentadas de forma ufanista as políticas implementadas pelo regime para resolver os problemas brasileiros (sócio-econômicos, políticos, de infra-estrutura, de relações internacionais, de educação, ciência e tecnologia etc.). Expunha-se, além disso, o papel das forças armadas na *guerra revolucionária*, no *desenvolvimento do país* e na manutenção da *segurança nacional*. Tudo isso pode ser claramente visto nos livros didáticos do período. Desta forma, durante o governo do General Médici, enquanto o Milagre Econômico “viveu seus dias de glória”, a repressão travava uma verdadeira *guerra suja* contra os resistentes e, além disso, buscava-se dominar culturalmente a sociedade pela educação. Inviabilizando o acesso educacional, tentando imobilizar a crítica e a discussão nas universidades e interferindo de forma reacionária nos conteúdos de todos os âmbitos educacionais, o regime perpetuou a sua *violência simbólica*, unindo *censura*, *propaganda* e *política educativa* na apropriação da cultura de toda uma sociedade, tentando construir um patriotismo ufanista e não questionador dos problemas sociais brasileiros, muito menos da condução e resolução destes pelo governo implantado. Nessa perspectiva de “inventar uma tradição”, comungamos com o pensamento do historiador Eric Hobsbawm, que aponta:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento

através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com o passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997: 9).

Sendo assim, podemos perceber que a participação na política educativa foi de capital importância para o projeto legitimador do Regime Militar no Brasil.

Após essa visão panorâmica de como estava desenhado o cenário brasileiro naquela circunstância, voltamos nosso olhar para a cidade de Guarapuava, mais especificamente para as questões que estavam relacionadas à fundação da FAFIG. Em meados da década de 1960, alguns grupos sociais de Guarapuava sentiam a necessidade de implantar uma instituição de ensino superior que suprisse a falta de professores para atuar no magistério local, além de propiciar uma chance de formação aos moradores locais que, por vezes, não tinham condições de estudar em outros municípios. Esses anseios podem ser vistos nessa citação da historiadora e memorialista guarapuavana Gracita Marcondes:

Desde há muito tempo já havia essa aspiração comum em todos os segmentos da sociedade guarapuavana. O assunto preferido de todas as reuniões estudantis, dos artigos de imprensa local e dos comícios políticos, quando o povo cobrava de seus representantes uma escola de nível superior para atender às reivindicações da grande maioria de jovens de todo o Centro-Oeste do Paraná, cujos pais não possuíam recursos financeiros para sustentar seus estudos em outras cidades, girava em torno da Faculdade (MARCONDES, 1985: 91).

Apesar desse ponto de vista ser passível de questionamento, pois a autora citada foi docente da instituição em questão e pode ter tentado legitimar a causa da fundação da FAFIG como resultado de um anseio geral da população – haja vista que esse fragmento foi retirado de um livro comemorativo de 15 anos da fundação da FAFIG –, ainda assim, através dele, podemos perceber que existia um interesse e uma preocupação de determinada parcela da população guarapuavana em implantar uma faculdade estadual na cidade, parcela essa que não tinha posicionamentos contrários à forma de governo Ditadura Militar e que teve um papel significativo para a estruturação da instituição.

Nesse grupo de pessoas interessadas na implementação do que viria a ser a FAFIG destaca-se o então Deputado Moacyr Júlio Silvestre que, segundo Marcondes, fez da causa a meta prioritária em seu mandato. No ano de 1967, o Deputado Moacyr Júlio Silvestre apresentou à Assembléia Legislativa um projeto de lei para a criação da respectiva faculdade. E em 15 de julho de 1968, o então governador do Estado do Paraná, Paulo Pimentel, sancionou a lei que autorizava a criação da FAFIG. Logo em 16 de janeiro de 1970, o Presidente da República Emílio Médici assinou o decreto que autorizou oficialmente

o funcionamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava. E em uma cerimônia solene, realizada em fevereiro de 1970, a faculdade deu início às suas atividades.

Depois dessa breve contextualização do cenário em apreço, apresentaremos a perspectiva metodológica do trabalho. Para essa análise, utilizamos a metodologia da História Oral, com o intuito de tentar vislumbrar, por meio das experiências de nossos entrevistados, dados para a elucidação das questões da pesquisa. A História Oral constitui um campo que vem sendo explorado por vários historiadores dos séculos XX e XXI. Essa metodologia de pesquisa consiste em realizar entrevistas com pessoas que, de alguma forma, vivenciaram acontecimentos e períodos do passado e do presente (Cf. ALBERTI, 2006).

Segundo Verena Alberti: *“A História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”* (2006: 155). Nesse sentido, a História Oral se constitui em um caminho profícuo para a elaboração de interpretações históricas, aumentado ainda mais o arcabouço de fontes que podem ser utilizadas pelo historiador. Com essa metodologia conseguimos alcançar alguns vestígios históricos que dificilmente poderiam ser alcançados em outras fontes históricas, haja vista que a História Oral possibilita, por exemplo, o estudo e a análise das formas de elaboração, vivência e compartilhamento de experiências de pessoas ou grupos em determinados períodos históricos. Como aponta Alberti:

A entrevista de história oral permite recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc. [...] informações inéditas que podem ser resgatadas durante uma entrevista de história oral e confrontadas com outros documentos escritos e/ ou orais (ALBERTI, 2005: 22-23).

Em nossa pesquisa, o objetivo foi analisar a visão que alguns professores e alunos tiveram do período, sobretudo no aspecto educacional, e contrapor essas visões configuradas nas entrevistas. Assim, a História Oral possui um valor significativo na medida em que: *“[...] privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”* (ALBERTI, 1990: 1-2).

Outro aspecto importante a ser observado no que diz respeito à metodologia da História Oral refere-se à credibilidade ou não da fonte oral enquanto documentação histórica. Nesse sentido, acreditamos que o documento oral possui o mesmo grau de

subjetividade que qualquer outro documento histórico. Essa afirmação é totalmente aceita por diversos pesquisadores que trabalham com esse assunto, como é o caso de Verena Alberti, Paul Thompson, Jacques Le Goff e Michel Pollak. Para ficar mais claro nosso posicionamento sobre essas críticas, entendemos que:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte oral, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (POLLAK, 1992: 8).

Dessa forma, podemos ver que a entrevista oral deve ser analisada como qualquer outra fonte histórica, e como tal deve ser vista como um “*documento-monumento*” conforme aponta o historiador Jacques Le Goff. Para ele, o monumento é construído para deixar recordações com certo grau de intencionalidade e é essa intencionalidade que, acredita ele, todo o documento histórico possui. Logo, aponta:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1994: 547-548).

Seguindo essa linha de raciocínio, fica claro que o historiador que tem como fonte a entrevista oral deve ser capaz de analisar as condições de sua produção e do seu produtor –o entrevistado – realizando o que poderíamos chamar de “crítica interna e externa do documento”.

A História Oral tem como seu principal foco de análise a memória. Entendemos, nesse sentido, que a memória é seletiva e é muitas vezes construída por determinados grupos. Além disso, enquanto experiência individual, o indivíduo apenas consegue gravar determinados aspectos que foram, de alguma maneira, marcantes para ele. Como aponta Pollak:

[...] a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que *a memória é um fenômeno construído*. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK 1992: 4-5, grifos do autor).

É digno de ressaltar que não se exclui nesse trabalho a discussão da diferença entre História e Memória na medida em que é um aspecto que merece ser analisado mais pontualmente:

Memória, história: Longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética de lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993: 9).

Podemos apontar, assim, que memória é um conceito amplo, que designa um objeto tomado como fonte de estudo de várias disciplinas. Ela só é transformada em documento histórico a partir do momento em que o historiador lança seu olhar sobre ela e a toma como objeto de pesquisa. Temos clareza, nesta pesquisa, que os depoimentos coletados são perspectivas atuais da lembrança, filtradas por anos de reflexões; são, portanto, mais a memória (reconstruída) do entrevistado do que sua percepção naquela circunstância.

Após as devidas considerações, chegamos agora, efetivamente, ao nosso objeto, ou seja, tentaremos compreender como os professores e alunos da FAFIG vivenciaram o cenário de repressão acima parcialmente “remontado”. Para a construção do trabalho em apreço foram feitas três entrevistas, duas delas com professores do período e a outra com uma aluna, todos vinculados à área ou ao curso de História. Comparamos as entrevistas para encontrarmos indícios que nos possam dar pistas de como essas pessoas vivenciaram esse período.

Através das entrevistas foi possível ter uma visão parcial de como estava o cenário do ensino superior em Guarapuava no período recortado para análise. Com a implementação da Lei 5.692/71, o ensino de História foi muito prejudicado, por ter perdido sua individualidade. Em Guarapuava, os professores também se sentiram afetados com o cerceamento que a lei instaurou, obrigando-os a ensinar uma História que elevava os ideais

militares. “Na época os livros didáticos traziam a história que eles queriam que fosse contada, foi uma revolução vitoriosa né” (LIMBERGER, 2007¹). Nessa passagem da entrevista com o Professor Huberto Limberger, docente aposentado da instituição, podemos ver que havia uma preocupação, por parte dos militares, com os conteúdos que estavam sendo ensinados em sala de aula. Na entrevista com o Professor Airton Cornehl, docente aposentado da instituição, também é possível perceber essa censura no ensino: “Tinha que seguir os princípios da Revolução, que eles falavam Revolução, eu acho não foi Revolução, foi um golpe de Estado, e tinha que seguir. Quem fosse contrário à ideologia, normalmente seria afastado” (CORNEHL, 2007²). Nessas duas passagens podemos ver que o que era ensinado pelos professores em sala de aula seguia um paradigma nacional, mostrando claramente a abrangência da Ditadura Militar no que se refere ao cerceamento do ensino.

Os conteúdos ensinados seguiam padrões por meio dos quais se tentava construir um sentimento de aceitação do governo militar. Para isso, o governo se valeu da criação de heróis do Estado e instituiu disciplinas totalmente voltadas ao Regime Militar. As disciplinas específicas do período, OSPB (Organização Social e Política Brasileira), EMC (Educação Moral e Cívica) e EPB (Estudo dos Problemas Brasileiros), possuíam um forte caráter dogmático e se valiam de uma leitura tradicional da História, privilegiando datas e fatos, com uma forte tendência para as questões políticas e utilizavam uma gama de heróis patrióticos, sem, é claro, fazer uma leitura mais crítica do conteúdo abordado. Por isso, é evidenciada a grande preocupação dos militares referente à questão da educação, pois ela é um dos mais importantes mecanismos utilizados pelo Regime Militar para tentar consolidar sua forma de governo.

Nesse mesmo sentido, outro ponto que merece destaque diz respeito à identificação dos professores perante o Estado:

[...] eu, para lecionar a disciplina de Moral e Cívica, eu tinha que todo ano ir até o DOPS, Delegacia (*sic*) de Ordem Pública e Social, para tirar o atestado, porque se não tivesse o atestado do DOPS não poderia. Então se você fizesse qualquer coisa contrária a ideologia, pensamento dos militares, você não poderia dar aula. Principalmente nessas disciplinas, na minha disciplina (CORNEHL, 2007).

O DOPS, Departamento de Ordem Política e Social, órgão repressivo criado durante o Estado Novo, foi fundamental no período da Ditadura Militar. Ele era utilizado para cadastrar professores e outras pessoas que por algum motivo eram consideradas perigosas para o Regime. Esse órgão foi figura marcante na repressão ideológica que o Governo

¹ Entrevista concedida pelo Professor Huberto José Limberger, no dia 27 de abril de 2007.

² Entrevista concedida pelo Professor Airton Luiz Cornehl, no dia 8 de março de 2007.

Militar empregava. Em outra entrevista podemos observar semelhanças, no que diz respeito a isso: *“O que exigiam do Professor de Moral e Cívica e EPB que eu sempre fui desde que me formei, todo ano tínhamos que ir ao DOPS em Curitiba e tirar uma nova Certidão de antecedentes Políticos criminais”* (LIMBERGER, 2007).

Nas duas passagens podemos ver que os professores tinham que prestar contas para o governo sobre suas práticas docentes, e pelas entrevistas é possível notar que a disciplina de Educação Moral e Cívica era a que mais estava submetida ao crivo militar. Essa disciplina foi criada no período para enaltecer o Governo Militar, vale salientar que essa era uma forma de enfraquecer o ensino crítico na sociedade.

Outro ponto importante em nossa análise é a questão da vigilância que os militares exerciam na FAFIG. É digno de nota que, ao contrário do que ocorreu na maior parte do tempo nos grandes centros, a vigilância e a posterior repressão eram efetivadas de formas veladas. Na maioria das vezes eram utilizadas insinuações, por parte dos militares, para inibir qualquer questionamento. Quando perguntamos sobre essa questão ao professor Airtón Cornehl, obtivemos a seguinte resposta: *“A vigilância era interessante, eu não sei pra ser sincero eu não sei como eles sabiam tudo o que ocorria em sala de aula. [...] realmente eles observavam. Mas eu acho, por exemplo, aqui na Universidade eles introduziam”* (CORNEHL, 2007). O professor Huberto Limberger, quando questionado sobre o mesmo assunto, comenta: *“No aspecto político a coisa era muito vigiada, censurada”* (LIMBERGER, 2007).

Por meio dos depoimentos dos professores podemos perceber que vigilância era uma prática constante em sala de aula. Esse aspecto nos mostra, novamente, que Guarapuava estava na mira do Regime Militar. Sendo assim, colocamo-nos na condição de começar a desconstruir a idéia de que não houve repressão na FAFIG por parte do governo militar. Para tanto, remetemo-nos à entrevista da aluna do período, Walderez Pohl da Silva, docente, na atualidade, da universidade derivada daquela instituição, que sentia esse cerceamento de forma um pouco diferente. Em relação a essa questão, diz: *“Nós tínhamos um militar em sala de aula. [...] ele era um líder dentro da sala de aula e ele tinha uma patente, acho que ele era tenente. Então todos ali tinham a maior consideração por ele”* (SILVA, 2007³).

Podemos ver aqui que os militares muitas vezes freqüentavam algum curso da faculdade e, apesar de não podermos dizer qual era o objetivo deles em sala de aula, é possível compreender que a presença deles influenciava a forma de agir tanto dos

³ Entrevista concedida por Walderez Pohl da Silva, no dia 28 de março de 2007.

professores como dos alunos. É possível notar tal questão nas declarações de nossos entrevistados: *“Havia o receio, claro, não há nenhuma dúvida disso”* (CORNEHL, 2007), disse o Professor Airton Cornehl. A aluna Walderez Pohl da Silva, por sua vez, assinala que: *“Eu acredito, não que meu colega militar fosse para isso, mas eu acredito que só a presença dele ali já inibia qualquer manifestação”* (SILVA, 2007). Ou seja, podemos perceber que a figura do militar causava certo receio e desconforto em sala de aula, mostrando que só a possibilidade de ser repreendido já motivava um grande impacto.

Outra passagem muito interessante digna de destaque foi a resposta do Professor Airton Cornehl à pergunta feita sobre a repressão exercida pelos militares na FAFIG. Ele respondeu: *“Porque eu estava aqui em Guarapuava, em Guarapuava não havia, por exemplo, na faculdade, não houve, não havia, mas eles sabiam também o que se passava, mas eles sabiam”* (CORNEHL, 2007). Aqui podemos ver novamente a questão da vigilância, porém fica claro que não houve, em Guarapuava, repressão tão violenta como ocorria nas instituições de ensino dos grandes centros.

Foi possível perceber também que os alunos tinham uma visão um pouco diferente daquela construída pelos professores, porém, em relação à possibilidade de ser preso ou até mesmo de ser chamado a prestar esclarecimentos sobre determinados assuntos, as duas categorias compartilhavam do mesmo receio. Sobre essa questão, Walderez Pohl da Silva assinala: *“Ficava tudo muito bem escondido. Eu acredito que existiam espiões mesmo nas salas de aula. Nós tínhamos essas notícias, que tinham espiões em sala de aula, que poderia ser chamada pelo quartel, que tinha que ir ao DOPS para pegar a certidão para dar aula”* (SILVA, 2007). Notamos, novamente, a questão da vigilância permeando as falas dos entrevistados. Isso pode ser visto em todas as entrevistas, mostrando que a vigilância era uma prática operante no período e que causava temor na maioria dos indivíduos.

Em outra passagem da entrevista com Walderez Pohl da Silva, ela nos conta um fato interessante que proporciona outro campo de discussão. Quanto à pergunta que foi feita, se havia algum tipo de ameaça entre os próprios colegas de classe, a resposta foi:

Eu tive um fato muito pitoresco na minha turma de História. Então recém o Nivaldo Krüger tinha deixado a prefeitura de Guarapuava, quem tinha assumido era o Moacyr Silvestre, começaram politicamente alinhados, depois eles romperam. O Nivaldo Krüger, ele ficou no MDB, e com certeza era oposição ao governo Estadual e Federal. E o Moacyr Silvestre não, ele se alinhou com o poder reinante da época. Então por coincidência estavam na minha turma a secretária de educação do ex-prefeito Nivaldo Krüger e a atual secretária da educação do Moacyr Silvestre, a professora Abadia Teresinha Jacob. A professora Abadia Teresinha Jacob era uma figura. Ela tinha uma fixação por coronéis que comandavam o Exército. Então qualquer coisa que você falasse na sala de aula,

ela era um agente dentro da sala de aula, que ela dizia, eu vou contar para o coronel, eu vou por no Jornal. Então ela coagia, era a personalidade dela, não que ela tivesse, eu não acredito que ela tivesse fundamentação teórica ou motivos, era o simples fato de estar usufruindo o poder naquele momento, e talvez por, eu não queria dizer ignorância. Mas ela se portava de uma posição superior porque ela era amiga do coronel. Então durante os quatro anos da Faculdade eu fiquei ouvindo, que quem não fizesse as coisas nos conformes, ela aí contar para o coronel, só não sei se o coronel sabia que ela era tão amiga dele (SILVA, 2007).

Podemos perceber que o medo de ser repreendido pelos militares era evidente, ou seja, algumas pessoas utilizavam o discurso de acusar seus colegas para conseguir alguns benefícios. Isso nos mostra que existia uma pressão psicológica e que, além da constante presença de militares, havia o medo de ser considerado “subversivo” e a desconfiança de que havia militares incumbidos de vigiar tanto professores quanto alunos. Esses elementos nos dão subsídios para tentar construir parcialmente como era esse cenário ditatorial no município de Guarapuava, principalmente no ensino na FAFIG.

A última questão que acreditamos ser relevante mostra que não foi apenas no campo ideológico que houve repressão. Transcrevemos aqui uma passagem da entrevista com o Professor Airton Cornehl:

Eu nunca tive problema com os militares. Só tive um probleminha assim que fui chamado no quartel, mas porque eu tava, eu fiz um comentário assim que não era muito, que fugia um pouco da linha de ensino, era exatamente eu quando eu estava fazendo um comentário sobre a política de Platão (CORNEHL, 2007).

Solicitamos para que explicasse um pouco melhor essa questão e ele respondeu um pouco receoso:

Não, esse é porque o seguinte né, chegou no quartel de que eu tava pregando idéias subversivas, mas como o comandante me conhecia, porque o pessoal ali eram meus conhecidos. Então daí ele me chamou só pra, não me intimando, mas só pra conversar, para que eu não entrasse em determinados detalhes. Não isso aí não, pela má interpretação, né, A idéia era de Platão, né (risos). Não é minha idéia (risos) (CORNEHL, 2007).

Aqui fica claro que as ameaças não aconteciam sem um motivo, ou seja, houve professores que foram chamados no 26° GAC (Grupo de Artilharia de Campanha), em Guarapuava, para prestar alguns esclarecimentos. Além do mais, o motivo pelo qual o professor disse ter sido chamado foi por ter tecido um comentário acerca da *República*, de Platão, em uma aula de Filosofia. Para nós, isso demonstra que o período em apreço não foi tão calmo como se pensava. Em uma passagem sobre o mesmo assunto, o professor Huberto Limberger comenta: “Mas era em EPB que a gente sentia mais a barra. Até quem

trabalhava comigo era o Professor Bernardo, ele teve problemas com o nosso Exército aqui, ele teve que se explicar uma vez” (LIMBERGER, 2007). Nessas duas passagens das entrevistas podemos ver que alguns professores tiveram problemas com o Exército. No momento em que o professor menciona EPB, ele se refere à disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros, outra disciplina que surgiu durante o Regime Militar. Portanto, nessa discussão novamente é possível ver que as disciplinas específicas do período eram as que mais sofriam fiscalizações por parte dos militares, pelos claros interesses que eles possuíam em relação a essas disciplinas.

Após a realização e análise das entrevistas podemos perceber que o período militar foi muito prejudicial ao ensino, no que se refere ao “conteúdo” (o que foi ensinado), no que se refere aos mecanismos criados, como as leis, para tentar cercear a capacidade crítica dos alunos, visando diminuir as manifestações contra o regime, e no que tange a questão da atuação limitada do professor, pois, como vimos, o educador não possuía liberdade total para falar sobre qualquer assunto em sala de aula.

Foi possível notar também que o medo foi constante naquela circunstância, pois, mesmo no ato de lembrar daqueles momentos, ele apareceu/reapareceu. Isso foi visível principalmente no depoimento do Professor Airton Cornehl, que chegou a nos dizer, depois da entrevista, que não queria se comprometer com determinados assuntos referentes à Ditadura Militar. O medo que o professor ainda manifesta ao tratar de determinados assuntos nos mostra que mesmo passados mais de vinte anos do encerramento da Ditadura Militar ela ainda “cheira a tinta fresca” em sua memória, o que quase o impediu de discutir determinados assuntos, silenciando, obviamente, acerca de alguns aspectos.

Fica evidente que houve repressão militar na FAFIG, como pudemos notar nas entrevistas em diversos momentos, como, por exemplo, nos trechos em que os entrevistados comentaram a vigilância dos militares em sala de aula, constante durante o período estudado; a presença deles foi apontada como uma possível forma de inibir manifestações. Além da vigilância, a “visita” que alguns professores eram obrigados a fazer ao 26º GAC no município em questão foram as tintas que deram cor ao cenário da Ditadura Militar em Guarapuava no período recortado em nossa pesquisa. Em um jogo de escala, o que se percebeu nessa pesquisa foi um processo de re-significação das formas de repressão da Ditadura Militar em um contexto local.

Sabendo que, em nossa pesquisa, a compreensão dos processos de produção, de reprodução e de re-elaboração da memória foi preponderante para a produção das entrevistas e para o desenvolvimento da análise, percebemos que alguns aspectos da

“memória individual” foram esquecidos ou silenciados por nossos entrevistados, tendo sido substituídos por elementos da “memória coletiva” ou “social”. A memória, repleta de particularidades, constitui-se como fonte para a investigação não apenas dos historiadores, mas para outros grupos, como aponta Le Goff:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1994, p. 426).

Enfim, nessa análise pudemos constatar que o ensino superior em Guarapuava, mais especificamente na FAFIG, não passou ileso pelo regime do presidente Médici, o município em questão ouviu as reverberações emanadas dos grandes centros. Foi possível perceber também que a repressão em Guarapuava não ocorreu como em outras cidades: a repressão se concentrava muito mais no fomento do medo e das ameaças do que na esfera física; os militares instauraram uma “violência simbólica” e, mesmo sem agressões físicas explícitas, conseguiram cercear militâncias vindas da FAFIG, pelo menos no período que diz respeito à pesquisa em apreço.

O que tentamos fazer nesse artigo foi uma releitura do período da Ditadura Militar desde um olhar local, campo de estudo pouco explorado na cidade de Guarapuava, com o intuito de trazer contribuições à compreensão do tema a partir do uso da memória como fonte histórica. Buscamos desconstruir a idéia que muitos tinham de que a FAFIG passou ileso por esse processo, mostrando que, para a instituição, para seus professores e para seus alunos, não foi um período tão pacífico. Buscamos um “outro olhar”, pois como aponta Reis: *“Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A História é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza”* (REIS, 2005, p. 9). Nesse sentido, é preciso fomentar as pesquisas sobre as relações entre ensino e Ditadura Militar, não apenas em Guarapuava. Que esse estudo tenha servido para despertar, em outros historiadores, inquietações capazes de estimular novas abordagens e novas leituras.

Fontes

Entrevista concedida pelo Professor Airton Luiz Cornehl, no dia 8 de março de 2007.

Entrevista concedida pelo Professor Huberto José Limberger, no dia 27 de abril de 2007.

Entrevista concedida por Walderez Pohl da Silva, no dia 28 de março de 2007.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

_____. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155-202.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do Regime Militar, Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

GONÇALVES JUNIOR, Ernando B. Reflexões sobre o Ensino de História: inquietações. *Anais da XV Semana de Pedagogia da Unicentro; II Seminário de Educação do Centro Oeste do Paraná*. Guarapuava: Unicentro, 2007. (CD-ROM)

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

MARCONDES, Gracita G. et al. *FAFIG: 15 anos de história*. Guarapuava: FAFIG, 1985.

MARTINS, Cláudia Regina Kawka. O Ensino de História no Paraná, na década de Setenta: prática de professores. *Educar em revista*. Curitiba, n. 17, p. 197-213, janeiro a julho de 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5. ed. Ver. ampl. São Paulo: Loyola, 2005.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 1990.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dezembro 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. *Estudos Histórico*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2007.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2007.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Recebido em: 10/12/2009

Aprovado em: 25/03/2009